

Repertório de ação digital da Malungu durante a pandemia de Covid-19¹

Sérgio Gabriel Baena Chêne²

(UFRN/BRASIL)

Resumo

O presente artigo traz reflexões sobre o uso das tecnologias da informação e das mídias digitais da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu) para o enfrentamento da pandemia de covid-19, nas comunidades remanescentes de quilombo do Pará. Desde a chegada da doença nessas comunidades, registrada em abril de 2020, o uso desses dispositivos tecnológicos intensificou-se entre os quilombolas, com o objetivo de promover o enfrentamento da doença e o ativismo político da Malungu. Atuando em nível estadual, essa entidade representa, atualmente, mais de 500 comunidades cuja trajetória remonta ao período colonial e às rebeliões e fugas de negros escravizados na região amazônica (SALLES, 2013). Neste trabalho, os estudos de ciência e tecnologia desenvolvidos por Latour (1994) têm fornecido importante contribuição para os estudos de mídia e/ou antropologia digital. Latour nos oferece o conceito de redes sociotécnicas, segundo o qual, as redes são formadas por associações de humanos e não-humanos, permeadas e imbricadas por várias questões híbridas, tais como a economia, política, ciência, cultura, religião, entre outras. A partir dos pressupostos da Teoria Ator-Rede (TAR), destaca-se que o social está sempre em formação como uma rede de associações de atores sempre em movimento. Sobre a noção de repertório digital, as autoras Jennifer Earl e Katrina Kimport (2011) pontuam duas características para sua emergência: o custo reduzido para criar; organizar e participar de protestos e a capacidade de agregar ações individuais dos indivíduos em ações coletivas mais amplas sem exigir que os participantes estejam no mesmo espaço. Dessa forma, este artigo se concentra em: 1) descrição da ação coletiva da Malungu; 2) os conteúdos informacionais que foram e são disseminados por meio das mídias sociais aos quilombolas; 3) as diferentes campanhas durante o período de pandemia. Defendo que o isolamento e distanciamento social, vivenciado pela pandemia de covid-19, forçou

¹ Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

² Mestrando em Antropologia Social pelo Programa de Pós Graduação em Antropologia Social (PPGAS) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Integrante do Núcleo de Antropologia Visual (NAVIS-UFRN). Bacharel em Antropologia pelo Programa de Antropologia e Arqueologia (PAA), na Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa.
Email: gabrielcbaena@gmail.com.

a reorganização e articulação da Malungu, como também alterou sua atuação, criando novas formas de ativismo.¹³

Palavras chaves: Repertório de Ação digital; Covid-19; Quilombos

Introdução

Este trabalho é parte de uma pesquisa de mestrado (em andamento) que tem como objetivo pesquisar que tem como objetivo refletir a partir de uma perspectiva antropológica sobre a mediação tecnológica na ação coletiva no enfrentamento da pandemia promovido pela Malungu. Para tanto, este trabalho busca: 1) descrição da ação coletiva da Malungu; 2) os conteúdos informacionais que foram e são disseminados por meio das mídias sociais aos quilombolas; 3) as diferentes campanhas durante o período de pandemia.

A proximidade com esse universo, nasceu da experiência de ser voluntário na ação coletiva emergencial intitulado “Sacaca e Malungu na luta contra o coronavírus nos territórios quilombolas do Pará”. Essa ação coletiva cooperativa entre o Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Sociedades Amazônicas, Cultura e Ambiente (Sacaca) e da Coordenação das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo (Malungu), foi voltada para as ações de enfrentamento da covid-19, atendendo comunidades quilombolas em todas as regiões do Pará.

O convite para participar da ação coletiva aconteceu em abril de 2020. recebi a tarefa de confeccionar materiais informativos sobre a covid-19 especificamente voltados para a população quilombola. A produção desses informativos foi motivada pelo fato de que a maioria dos materiais divulgados em relação à prevenção da doença nos meios de comunicação tradicionais e nas mídias sociais eram direcionados a um público urbano que possui acesso a serviços básicos de saúde, álcool em gel e máscara, assim como à possibilidade de fazer isolamento e distanciamento social, realidade completamente diferente da que vivem os quilombolas do Pará.

Essa vivência, resultou no trabalho de conclusão de curso em Antropologia pela Universidade Federal do Oeste do Pará, no qual produzir o filme documentário “Nós por Nós: narrativas da covid-19 nos quilombos do Pará”⁴, que representa uma síntese de vivências dos quilombolas e suas comunidades durante esse íterim da pandemia do novo

¹ *O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.*

⁴ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vJIDZE4UO7o>.

coronavírus. E atualmente, toda essa vivência tem sido objeto de investigação na pós-graduação.

No processo de produção dos materiais, desde a chegada das demandas de trabalho até a divulgação dos informativos, fui percebendo a existência de articulações sociopolíticas entre as comunidades, formando redes ou malhas de redes sociais virtuais formadas por atores e/ou mediada por objetos não humanos (CHÊNE, 2020).

Os estudos de ciência e tecnologia desenvolvidos por Latour (1994) têm fornecido importante contribuição. Esse autor nos oferece o conceito de redes sociotécnicas, segundo o qual as redes são formadas por associações de humanos e não-humanos, trata-se de coletivos híbridos, em uma estrutura não linear. A constituição de uma rede sociotécnica não está atrelada apenas à interação de atores sociais, compreende também de forma simétrica a presença de objetos/coisas, tais como: máquinas, textos, smartphones, animais, natureza entre tantos outros não humanos. É nesse sentido, que as ações não são exclusividade humana, mas também uma associação com atores não humanos.

Para Ingold (2012), a malha é um emaranhado de linhas de vida entrelaçadas de crescimento e movimento. Neste artigo, os objetos não humanos, particularmente as tecnologias de comunicação on-line, ganham vida a partir do momento em que são utilizados, sendo assim movimentados. “Este movimento não é meramente de deslocação do objeto, mas o seu uso na comunicação com os membros da ação coletiva, que lhe dá nova forma de vida” (CHÊNE, 2020, p. 18).

Devido ao distanciamento social, o uso das tecnologias de comunicação tornou-se imprescindível, principalmente o aplicativo de *smathphone Whatsapp*. Na ação coletiva, as demandas para a criação dos informativos foram feitas através de grupos de *Whatsapp*. “Esses grupos são interceptados por algumas pessoas que levam as demandas de produção dos informativos de um grupo para o outro, e/ou distribuem de volta o material informativo já finalizado, criando uma espécie de rede” (CHÊNE, 2020, p. 18).

Malungu e o Movimento Quilombola na Amazônia

Ao longo dos anos 1980 e posteriores, comunidades até então comumente designadas mocambos (FUNES, 2000; SALLES, 2005) foram aos poucos desenvolvendo o conhecimento e a consciência dos direitos, na condição de remanescentes de quilombos. Nesse processo, contaram com importante apoio de organizações não governamentais,

setores universitários e da igreja católica (CARVALHO; DIAS; NASCIMENTO; MARTINS, 2021).

No contexto das comemorações do tricentenário de Zumbi dos Palmares, em 1988, ocorreu a realização dos Encontros Raízes Negras, que proporcionou a articulação quilombola (AMARAL, 2009), na qual se aguardava com grande expectativa a titulação da comunidade de Boa Vista, considerada a primeira a obter a aplicação do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (O'DWYER, 2002). Segundo Assunção José Pureza Amaral (2009), percebeu-se na discussão desses encontros uma preocupação com a questão ambiental na pauta dos eventos.

Na dinâmica dos mocambos ou quilombos redefinidos como comunidades remanescentes de quilombo, Amaral (2009) percebe que as reivindicações quilombolas incluem “organização étnico-racial, cidadania, autoconsciência, território, gestão participativa e a preocupação com o meio ambiente, como forma de sobrevivência, através dos recursos naturais, animais, vegetais e minerais” (AMARAL, 2009, p. 187). A preocupação quilombola está diretamente ligada com a poluição do meio ambiente e com a floresta amazônica. São elementos essenciais para os comunitários, pelo fato de que há entre eles uma forma particular de lidar com as questões da terra e do meio ambiente.

Em novembro de 1999, a região oeste do Pará recebeu o evento, que culminou na criação da Coordenação Estadual das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombo do Pará (Malungu). Numa entrevista realizada durante meu trabalho de conclusão de curso, com o atual coordenador administrativo, Aurélio Borges, ele me disse que a criação da Malungu foi um desdobramento da luta dos quilombolas do estado do Pará e que as comunidades sentiram a necessidade de criar uma organização que pudesse representar esse movimento. Aurélio relatou que o termo “Malungu” é africano iorubá e significa “companheiro”.

Atualmente, a entidade engloba aproximadamente 200 associações quilombolas sediadas em 65 municípios paraenses, que estão em diferentes estágios de reconhecimento (NASCIMENTO, 2020). Apenas 27% delas são tituladas, o que justifica a importância da questão territorial na pauta política da Malungu: “nós temos um número significativo de comunidades já tituladas, mas, para o montante que nós temos hoje [...] ainda falta muito. Então, a luta continua por essa garantia do direito à terra” (informação verbal). A Malungu também atua em outras frentes, contudo, voltado a diferentes eixos

de políticas públicas relativas a temas como: saúde, educação, cultura, desigualdade racial, conflitos agrários e socioambientais.

Segundo as autoras Rosa Acevedo e Edna Castro (1998), o quilombo, enquanto categoria histórica, detém um significado importante e localizado no tempo, e nas últimas décadas é objeto de uma reinterpretação jurídica quando empregado para legitimar reivindicações pelo território dos ancestrais por parte dos denominados remanescentes de quilombo. A atualização do termo ocorre através de atualizações de mobilizações de movimentos de grupos rurais, do movimento negro e de entidades de apoio às lutas pelo reconhecimento jurídico das terras de antiga ocupação (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 9).

Ação Coletiva “Sacaca e Malungu na Luta Contra o Coronavírus nos Territórios Quilombolas do Pará”

No início da pandemia da covid-19 no Brasil, eram raros na grande mídia conteúdos direcionados à população quilombola, ou até mesmo à população das periferias urbanas. Segundo Faria e Fernandes (2019, p. 3), a “representatividade negra na mídia, apesar das atuais tentativas, ainda se faz pouco presente, e, quando temos finalmente algum tipo de representatividade, ela aparece carregada de estereótipos que fogem à curva da realidade do negro brasileiro.”

A respeito da formação discursiva, vale ressaltar que os discursos construídos historicamente constituem uma “regularidade discursiva” e ficam presentes em nossas redes de memória (FOUCAULT, 2014 *apud* LENNON, 2016). Dessa maneira, os produtos divulgados através da mídia como programas de TV, novelas, filmes ou músicas criam um imaginário e um discurso em nossa memória, corroborando aquela realidade retratada. Visando combater essa problemática, preparei informativos que atendessem à representatividade étnico-racial, mas também à realidade particular das comunidades quilombolas.

O principal canal de circulação das artes gráficas foi um grupo de WhatsApp denominado “Quilombolas do Pará”, formado por mais de 200 pessoas, quilombolas na maioria e colaboradores que em muitos casos os assessoram ou prestam apoio em determinadas atividades. O grupo foi criado em 2014, por iniciativa dos próprios quilombolas, e se tornou um espaço primordial para formular e articular ações de enfrentamento da covid-19, bem como para trocar e difundir informações úteis em meio à pandemia. (CARVALHO; DIAS; NASCIMENTO; MARTINS, 2021).

Na arte exposta na Figura 3 há uma imagem de uma mulher negra quilombola à esquerda e, à direita, há a mensagem “a doença covid-19 pode ser grave e até matar. Fique em casa! Evite contatos com outras pessoas, principalmente de fora da comunidade!”

Figura 3 — Arte “Fiquem em casa”



Fonte: produção do próprio autor

A organização coletiva da Malungu proporcionou a edição de protocolos e “decretos” comunitários que suspenderam o fluxo para os territórios e dentro deles. Silva *et al.* (2021) descrevem e analisam a opção das comunidades pela instalação e sinalização de barreiras sanitárias em vias de acesso como mecanismos de controle de fiscalização da entrada e/ou passagens de transeuntes em suas terras (SILVA *et al.*, 2021).

Figura 4 — Arte “Barreira Sanitária”



Fonte: produção do próprio autor

Na Figura 4, o público-alvo não eram propriamente os quilombolas, mas sim o público externo. À esquerda há uma imagem com várias pessoas usando máscara, e atrás delas há um portão de madeira simbolizando que a comunidade estaria fechada. Assim como várias cidades ficaram em *lockdown*, as comunidades quilombolas, dentro de sua realidade particular, também estavam seguindo as recomendações de isolamento social. Esta era a mensagem que queríamos passar através dessas artes.

Devido à inação dos órgãos de saúde do estado nas comunidades remanescentes quilombolas, grande parte delas criou, por conta própria, suas barreiras sanitárias para a contenção do fluxo da entrada e saídas de pessoas, visando ao controle da covid-19 nos quilombos.

Tuitaços Contra a Gestão da Pandemia nos Territórios Quilombolas do Pará

Uma das ações coletivas que a Malungu fez foram os tuitaços (Figuras 13 a 25), manifestações realizadas na rede social Twitter por meio da publicação intensa de tuítes. O primeiro tuitaço aconteceu no dia 26 de maio de 2020, que teve o objetivo de reunir quilombolas e/ou apoiadores que estavam vivenciando o período de pandemia, que usavam o Twitter e estavam insatisfeitos com a gestão da doença nos territórios

quilombolas do estado do Pará. Nesse primeiro tuitaço, as hashtags foram: #SaudeParaOsQuilombolas, #GovernoGenocida e #VidaDosQuilombolasImportam.

Figura 13 — Arte de divulgação do tuitaço



Fonte: produção do próprio autor

Figura 14 — Captura de tela de tuíte do participante @terradedireitos



Fonte: Terra de Direitos (2020)

Figura 15 — Captura de tela de tuíte do participante @SacacaUfopa



Fonte: UFOPA (2020)

Figura 16 — Captura de tela de tuíte da participante @AdrianBarbosa13



Fonte: Flor do Rio Amazonas (2020)

Figura 17 — Captura de tela de tuíte do participante @conaquilombos



Fonte: CONAQ (2020)

Figura 18 — Captura de tela de tuíte da participante @afroamazonida



Fonte: Movendo Mundo e Amplificando Vozes (2020)

Figura 19 — Captura de tela de tuíte da participante @andressajanga



Fonte: Botelho (2020)

Figura 20 — Captura de tela de tuíte do participante @rodbastos



Fonte: Rod (2020)

O segundo tuitaço aconteceu no dia 8 de abril de 2021 com o título “A ADPF 742 tem que ser cumprida no Pará: vacinas para quilombolas já!”. O objetivo dessa mobilização foi reivindicar o cumprimento, no Pará, da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) de nº 742, que previu a implementação de medidas emergenciais de mitigação dos impactos da covid-19 em territórios quilombolas. A chamada para o tuitaço aconteceu pelo Instagram e Twitter do Núcleo de Estudos do Sacaca (Figura 21).

Figura 21 — Captura de tela da primeira postagem de divulgação do tuitaço “ADPF 742” no Instagram do Sacaca



Fonte: UFOPA (2021a)

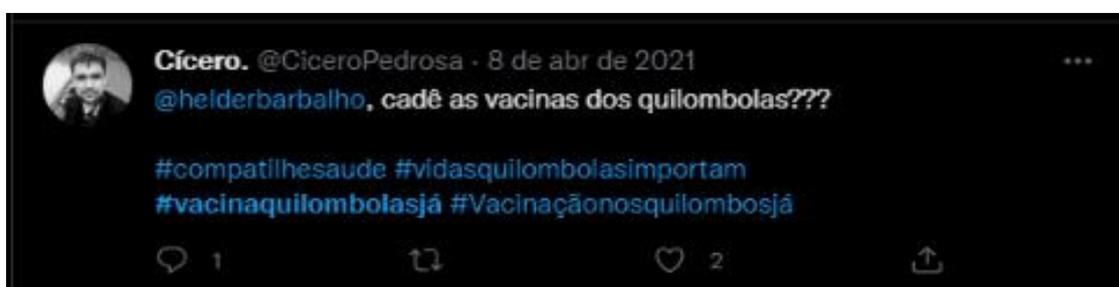
Figura 22 — Captura de tela da primeira postagem de divulgação do tuitaço “ADPF 742” no Twitter do Sacaca



Fonte: UFOPA (2021b)

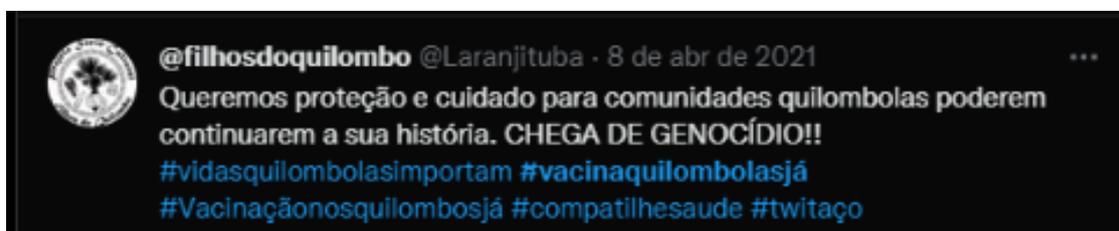
A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (APDF) quilombola foi proposta em 9 de setembro de 2020 pela CONAQ e pelos partidos políticos Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Rede Sustentabilidade (REDE) e Partido dos Trabalhadores (PT) conjuntamente, com o objetivo de fazer cessar violações a preceitos fundamentais da Constituição Federal de 1988, como a garantia da reprodução social, cultural e territorial do povo quilombola, bem como outras violações de direitos, negligências e omissões do governo federal em implementar políticas públicas efetivas para a população quilombolas, com mais de 6 meses de início da pandemia no país.

Figura 23 — Captura de tela de tuíte do participante @CiceroPedrosa



Fonte: Cícero (2021)

Figura 24 — Captura de tela de tuíte do participante @Laranjituba



Fonte: Filhos do Quilombo (2021)

Figura 25 — Captura de tela de tuíte da participante @BraboDeuza



Fonte: Se o Campo... (2021)

Inicialmente, os esforços da Malungu e parceiros se concentraram na elaboração de um sistema autônomo de vigilância comunitária em saúde, no qual as barreiras

sanitárias e o monitoramento constante de casos de covid-19 se destacam como experiências singulares de autogestão territorial (CARVALHO; DIAS; NASCIMENTO; MARTINS, 2021). Esse sistema de vigilância comunitária em saúde mobiliza conhecimento e táticas fundadas na experiência histórica de organização coletiva para resistência e combate ao racismo.

De fato, a ação coletiva da Malungu mostra que a organização usou a tecnologia como mobilização, engajamento e mediação durante a pandemia, sem o uso das tecnologias digitais seria muito difícil a Malungu alcançar várias comunidades quilombolas simultaneamente com seus materiais informativos.

Marcelo Castañeda de Araujo (2014) mostra, na sua tese de doutorado, como determinados grupos se constituem e agem coletivamente na internet para demandar pautas de um alvo político estabelecido na esfera pública, bem como apresenta como as tecnologias da internet se conectam com práticas de agentes em contextos específicos, construindo novas configurações e reconfigurações de formas de ação coletiva, como, por exemplo, a Avaaz, abordada em sua tese.

A ideia de repertório remete às possibilidades de ação que estão disponíveis para que os grupos individuais façam demandas ou protestem a cada tempo histórico, sendo limitadas (ARAUJO, 2014, p. 11). Segundo Marcelo Castañeda de Araujo (2014), a passagem da esfera pública baseada nos meios de comunicação de massa para uma esfera pública interconectada, traz novas possibilidades de mobilização, participação e engajamento. Autoras como Jennifer Earl e Katrina Kimport (2011) indicam a emergência de um repertório de ação digital que estaria interligado ao repertório de ação moderno do ponto de vista teórico desenvolvido por Charles Tilly (1995, 2005). É nesse sentido que a ação coletiva da Malungu se configura como um repertório de ação digital.

Para Rolfe (2005 *apud* ARAUJO, 2014), o repertório de ação digital aparece como resultado de três processos: 1) a tradução para o espaço digital de elementos do repertório offline por organizações e movimentos sociais; 2) a criatividade radical de pequenos grupos, com experiência crítica e técnica; 3) e inovações compartilhadas rápida e globalmente entre organizações através de um processo de difusão (ROLFE, 2005 *apud* ARAUJO, 2014).

Uma das ações da Malungu foi a produção de arte gráficas com o intuito de disseminar informações e orientações acerca da prevenção do novo coronavírus nas comunidades quilombolas do Pará. A associação estadual formulou estratégias

contrapondo e adaptando os discursos midiáticos presentes nos materiais informativos da grande mídia e instituições de saúde.

Assim como no caso da Avaaz, em que Araujo (2014) identificou a falta de feedback contínuo para os membros engajados nas campanhas, não foram informados quais foram os resultados de uma determinada ação da Malungu. A ação coletiva da Malungu não mensurou o alcance que os informativos e os boletins epidemiológicos tiveram, tampouco dava feedback das ações para os membros que estavam engajados no enfrentamento da pandemia nas comunidades quilombolas do estado do Pará.

Apesar da não mensuração do alcance da ação coletiva, o trabalho que a Malungu realizou no atendimento das comunidades quilombolas, bem como a própria denúncia da falta de ações do Estado, fizeram com que essa realidade tivesse destaque na mídia estadual e nacional. Em 16 de junho de 2020, a TV Liberal (afiliada da Rede Globo) produziu uma reportagem sobre o impacto que o coronavírus vinha provocando nas comunidades quilombolas (Figura 26). No mesmo dia, a reportagem entrou em rede nacional, sendo exibida no Jornal da Globo, apresentado pela jornalista Renata Lo Prete (BAENA; CHÊNE, 2021). Machado (2007 *apud* ARAUJO, 2014) diz que há uma consolidação da tendência de a maior parte dos movimentos sociais e organizações orientarem suas ações com base em valores universais como direitos humanos, minorias, liberdade de expressão, preservação ambiental e outros, reivindicando as garantias das leis do moderno Estado democrático.

Figura 26 — Reportagem da TV Liberal sobre as comunidades remanescentes de quilombo



Fonte: Pandemia... (2020)

Todas as estratégias da Malungu de enfrentamento da pandemia, como o sistema autônomo de vigilância comunitária em saúde, as barreiras sanitárias e o monitoramento autônomo de casos de covid-19 podem ser caracterizados como um repertório de ação.

Segundo Araújo (2014, p. 156), o repertório de ação pode ser visto como um conjunto de táticas avaliadas para uso em um dado momento histórico, mas também como características que essas táticas compartilham fundamentalmente.

A Produção da Imagem na Ação Coletiva da Malungu

As estratégias da ação coletiva da Malungu foram formuladas em contraponto aos materiais informativos que circularam na grande mídia. Os materiais produzidos para as comunidades buscam garantir a representatividade dos quilombolas, bem como contemplar a realidade dos locais aos quais se destinam.

A imagem produzida a partir das artes gráficas nos diz algo. Etienne Samain (2012, p. 22) destaca “o fato de que toda imagem (um desenho, uma pintura, uma escultura, uma fotografia, um fotograma de cinema, uma imagem eletrônica ou infográfica) nos oferece algo para pensar.” As imagens formadas a partir dos processos da arte gráfica são muito mais que um objeto. Como diz Etienne Samain, a imagem “é o lugar de um processo vivo, ela participa de um sistema de pensamento. A imagem é pensante” (SAMAIN, 2012, p. 158).

Izabela Domingues da Silva (2015), em sua tese de doutorado, procurou entender se toda publicidade se configura como uma publicidade de controle, a publicidade que tem como objetivo de atuar sobre os corpos e mentes dos consumidores e cidadãos, não apenas para comunicar e/ou vender, mas também controlar os públicos-alvo.

Ao descrever o movimento social Ocupe Estelita, em Recife, Silva (2015, p. 252) relata que “o movimento contou com apoio de profissionais da área de comunicação social, como jornalistas, cineastas, videastas, sound designers, designers gráficos e publicitários na criação de peças de comunicação do movimento”. Ainda segundo a autora, o apoio contribuiu:

para dar ainda maior visibilidade para a causa, através de uma comunicação que se utiliza dos mesmos recursos técnicos e persuasivos adotados pelas campanhas criadas por empresas e governos, “profissionalizando” as peças publicitárias a fim de reforçar o impacto das mensagens. (SILVA, 2015, p. 252).

Ainda, Silva (2015) diz que, na transmissão de conceitos e conhecimentos, os meios de comunicação de massa se colocam como importantes, pois são capazes de contribuir para a mudança ou manutenção de hábitos favoráveis ao bom funcionamento da sociedade e à manutenção do status quo (SILVA, 2015, p. 114). Para

a pesquisadora, “um dos dispositivos de poder-saber vigentes na atualidade, cujos processos buscam cooptar as subjetivações contemporâneas é a mídia.” A mídia, no seu caso de pesquisa a televisão, “se configura como um lócus pedagógico, que produz e dissemina discursos voltados para a moldagem dos sujeitos” (SILVA, 2015, p. 113).

A mídia se constituiria como uma instância pedagógica na cultura contemporânea que se utiliza de um conjunto complexo de estratégias de linguagem diretamente relacionadas a modos contemporâneos de constituir sujeitos na cultura (FISCHER, 2012 *apud* SILVA, 2015). Nesse sentido, a produção de imagens em movimentos sociais é importante, pois reforça o impacto das mensagens, bem como amplia a visibilidade do movimento. Todos os materiais de comunicação da ação coletiva da Malungu, como, por exemplo, as artes gráficas, vídeos e podcasts, tinham exatamente o mesmo objetivo, de informar, mas também de criar mudanças de hábitos favoráveis e compatíveis com o contexto pandêmico nas comunidades quilombolas do estado do Pará.

A Malungu e o Sacaca/Ufopa começaram a elaborar o boletim epidemiológico no dia 18 de maio de 2020 (Figura 5). A falta de acesso a serviços de telefonia e internet na maioria das comunidades quilombolas, contudo, impediu a regular comunicação com a coordenação estadual e o monitoramento mais eficaz da covid-19 (CARVALHO; GALIZA; NASCIMENTO; CARNEIRO; NASCIMENTO, 2021).

Apesar das dificuldades e limitações, a ação coletiva da Malungu foi a única fonte de disseminação de informações sobre a propagação da covid-19 nas comunidades quilombolas, num contexto caracterizado pela omissão estatal. As medidas de distanciamento e isolamento social, uso constante de máscara e higienização das mãos com água e sabão ou com álcool 70° em gel foram amplamente divulgadas por autoridades públicas, veículos de imprensa, profissionais de saúde, organizações da sociedade civil, contudo essas medidas divergem muito da realidade das comunidades quilombolas do estado do Pará.

Considerações finais

Diante dessas discussões, reflexões e experiências escritas aqui neste artigo, a pesquisa iniciada é fundamental ao desenvolvimento do campo científico, bem como para o fortalecimento nos campos dos estudos sobre as formas de ação coletiva que se configuram com a implementação de um conjunto de tecnologias, práticas e contextos que se constituem na internet, pois permite um entendimento maior sobre o tema e apontamentos para futuros estudos. Ainda são poucos trabalhos que abrigam o contexto

de ação coletiva durante a pandemia. É nesse sentido, que é fundamental investigar os inúmeros enfrentamentos realizados em contextos urbanos e rurais.

REFERÊNCIAS

ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2. ed. Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1998.

AMARAL, A. J. P. Remanescentes das comunidades dos quilombos no interior da Amazônia – conflitos, formas de organização e políticas de direito à diferença. **Cadernos do CEOM**, [Chapecó], v. 22, n. 30, p. 179-206, 2009. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/70>. Acesso em: 23 ago. 2022.

ARAUJO, M. C. de. **Ação coletiva com a internet**. 2014. Tese (Doutorado Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BAENA, T. C. A.; CHÊNE, S. G. B. Mobilização, Mobilização, circulação e comunicação comunitária como estratégia de enfrentamento à pandemia da covid-19 em populações quilombolas do Pará. In: CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. do. (org.). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. 1. ed. Belém: NUMA/UFPA, 2021. p. 235-254.

CARVALHO, L. G. de; GALIZA, J. C.; NASCIMENTO, R. M. C.; CARNEIRO, V.; NASCIMENTO, V. B. do. Por que o Pará é o campeão de casos de covid-19 entre comunidades quilombolas do Brasil? In: CARVALHO, L. G. de; NASCIMENTO, R. M. C.; NASCIMENTO, V. B. (org.). **Vulnerabilidade histórica e futuro das comunidades quilombolas do Pará em tempo de pandemia**. Belém: NUMA/UFPA, 2021. p. 23-48.

CARVALHO, L.; DIAS, V.; NASCIMENTO, R. M. C.; MARTINS, P. Direito ao território quilombola na Amazônia e a pandemia: as experiências da Malungu na vigilância comunitária em saúde para defesa da vida e do território. **InSURgência: revista de direitos e movimentos sociais**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 102-124, 2021. DOI: 10.26512/insurgencia.v7i1.35489. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/35489>. Acesso em: 27 mar. 2022.

CHÊNE, S. G. B. **Nós Por Nós: Enfrentamento da covid-19 nos quilombos do Pará**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2020.

EARL, J.; KIMPORT, K. **Digitally enabled social change: activism in the internet age**. Cambridge, MA: The MIT Press, 2011.

FARIA, B. de; FERNANDES, P. M. A representatividade negra na publicidade mineira. *In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUDESTE*, 24., 2019, Vitória. **Anais eletrônicos** [...]. Vitória: INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2019. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/sudeste2019/resumos/R68-0108-1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

FUNES, E. A. **Comunidades Remanescentes dos Mocambos do Alto Trombetas**. [Fortaleza]: UFC, 2000. Disponível em: <https://cpisp.org.br/wp-content/uploads/2017/06/ComunidadesRemanescentesMocambosAltoTrombetas.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2022.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, ano 18, n. 29, pp. 25-44, jan./jun. 2012.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria Ator-Rede**. Salvador: Edufba; Bauru (SP): Edusc, 2012.

SALLES, V. **O negro no Pará: sob o regime da escravidão**. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2005.

SAMAIN, E. As imagens não são bolas de sinuca. Como pensam as imagens. *In: SAMAIN, E. (org.). Como pensam as imagens*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012. p. 21-36.

SILVA, I. D. da. **Da publicidade disciplinar à publicidade de controle: comunicação, vigilância e poder**. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SOUSA, R. L. N. **A construção da imagem da mulher no cinema de ficção produzido na Amazônia paraense**. 2016. 127 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9368>. Acesso em: 08 out. 2020.

TILLY, C. Contentious repertoires in Great Britain, 1758-1834. *In: TRAUGOTT, M. (ed.). Repertoires and Cycles of Collective Action*. Durham: Duke University Press, 1995.

TILLY, C. **Identities, boundaries, and social ties**. Colorado: Paradigm, 2005.